

**ATA DA 376ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP,  
REALIZADA NOS DIAS 29 E 30 DE AGOSTO DE 2011.**

Aos vinte e nove e trinta dias do mês de agosto, do ano de dois mil e onze, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (2º andar) e na OAB do Estado do Rio de Janeiro (4º andar). Compareceram: O Presidente, Geder Luiz Rocha Gomes; 1º Vice-Presidente, Herbert José de Almeida Carneiro; 2ª Vice-Presidente, Valdirene Daufemback, e os demais seguintes membros: Alvino Augusto de Sá; Carlos Eduardo Adriano Japiassú; Christine Kampmann Bittencourt; Fernando Braga Viggiano; Gisela Maria Bester; José Laurindo de Souza Netto; Luiz Guilherme Mendes de Paiva; Renato Flávio Marcão; Rodrigo Duque Estrada Roig Soares; bem como os seguintes participantes externos: Alexandre Cabana – DEPEN/MJ; Maria Tereza Uille Gomes; Bruno Barcala – Defensoria Pública de Minas Gerais; Marcelo Goldener, José Chueke, Oswaldo Redige e Diego Rodrigues Santos, todos da empresa SecureAlert Monitoramento de Reeducandos, de São Paulo; Fátima Kowata – DEPEN/MJ e Bonfim Santana Pinto – Presidente do Conselho Penitenciário do Estado do Tocantins. Justificaram a ausência os conselheiros: Augusto Eduardo de Souza Rossini; Erivaldo Ribeiro dos Santos; Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes e Suzann Flávia Cordeiro de Lima. O Presidente do CNPCP iniciou a reunião com a apresentação do andamento do trabalho da Comissão de Revisão da Resolução N° 3, sobre Arquitetura Prisional, pela Conselheira Valdirene, frisando a necessidade de se somar mais Conselheiros nesta Comissão, sendo que se fará Consulta Pública até o dia 30 de setembro. Sobre o tema, o Conselho deu por aprovadas as seguintes propostas: fazer uma Resolução Parcial; realizar Consulta Pública Virtual pelo Ministério da Justiça, com ofícios expedidos para o Dr. Cabana e a Dra. Maria Tereza; aprovação da Resolução em sua versão final na reunião de outubro. Ficou acertada a realização de uma Reunião Extraordinária do CNPCP, na manhã do dia 12 de setembro, aproveitando que à tarde haverá a Audiência Pública para discussão da Proposta do Indulto Natalino de 2011. Em ato contínuo deu-se a homologação do resultado final do 1º Prêmio Nacional de Boas Práticas em Política Criminal e Penitenciária, do CNPCP, sobre o Tema “Diálogo: Sociedade e Cárcere”, apresentado pela Dra. Valdirene, tendo esta agradecido especialmente aos Drs. Luiz Guilherme e Gisela Bester, por terem-na auxiliado no processo final de avaliação dos trabalhos: 1º Lugar – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (São Paulo/SP) -Título: Prática, conhecimento e diálogo na construção de uma política democrática para o grupo de mulheres estrangeiras encarceradas; 2º Lugar

36 - Agência Goiana do Sistema de Execução Penal de Goiás – AGESEPE (Goiânia/GO) -  
37 Título: Projeto Modulo de Respeito; 3º Lugar - Associação Pólo Produtivo – Pará  
38 (Belém/PA) - Título: Fábrica Esperança: Um caminho para a cidadania; Menções  
39 Honrosas Especiais: Defensoria – Núcleo de Execução Penal (Ceará /CE) - Título:  
40 Reconstruindo a Liberdade; Secretaria de Estado de Defesa Social (Minas Gerais/MG) -  
41 Título: Programa de Reintegração Social de Egressos do Sistema Prisional – PRESP;  
42 Menções Honrosas: Ação Promocional Nossa Senhora da Paz (Ferraz de  
43 Vasconcelos/SP) - Título: Ação Educativa Carcerária; Alice Rosa Cunha (Governador  
44 Valadares/MG) - Título: Projeto Cidadão Identificado; Conjunto Penal de Juazeiro CPJ  
45 (Carnaíba do Sertão - Juazeiro/BA) - Título: Vida para Além das Grades; Conselho  
46 Carcerário de Joinville (Santa Catarina/SC) - Título: Construindo a rede dos Conselhos  
47 da Comunidade de Santa Catarina; Conselho Comunitário de Segurança de Maringá  
48 (Maringá/PR) - Título: Projeto Visão da Liberdade; Coordenadora Professora Edna Del  
49 Pomo de Araujo (Rio de Janeiro/RJ) - Título: Projeto KK – Trabalho e Cidadania: A  
50 Repercussão dos Hospitais Públicos utilizando mão de obra prisional; Coordenadoria de  
51 Reintegração Social e Cidadania (São Paulo/SP) - Título: *Carpe Diem* – Custódia  
52 Detentiva Alternativa; Diretoria Geral de Ressocialização da Secretaria de Estado da  
53 Justiça (Vitória/ES) - Título: Projeto Maria Marias; Dr. Ricardo Emilio Salviano e Dra.  
54 Ayssa Lou Correia Peixoto (Brasília/DF) - Título: A Inclusão Social das Mulas do Tráfico;  
55 Dyanne Gomes Santos e Cristiana Lins Pires (Salvador/BA) - Título: Desenhando a Vida  
56 sem Drogas; Emilson José de Sousa (Guarabira/PB) - Título: Passos a Liberdade;  
57 Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” (São Paulo/SP) - Título: Centro de  
58 Desenvolvimento e Reintegração Social de Mirandópolis; Giovane de Moraes Gomes e  
59 outros (Juiz de Fora/MG) - Título: Projeto de Intervenção “Superlotação”; Hospital de  
60 Custódia e Tratamento Psiquiátrico (Aracajú/SE) - Título: Gincana Terapêutica da  
61 Liberdade; Murilo Bento Foschete (Formiga/MG) - Título: Leitura Liberta; Penitenciária  
62 Feminina da Capital (São Paulo/SP) - Título: Projeto Voluntário Almas em Movimento;  
63 Penitenciária Feminina da Capital (São Paulo/SP) - Título: Teatro Intra-Muros: Uma  
64 práxis psicopedagógica de liberdade artística para o cárcere; Penitenciária Feminina  
65 Dra. Marina Marigo Cardoso de Oliveira do Butantan (São Paulo/SP) - Título:  
66 Penitenciária Feminina – A Construção do Novo Modelo Prisional; Universidade  
67 Estadual de Londrina – CEAPA, NUAPA, NUMOPA (Londrina/PR) - Título: Extensão  
68 Universitária junto a Penas e Medidas Alternativas na Região de Londrina – Paraná. O  
69 Dr. Geder pediu que ficasse registrado em ata a sua opinião, não como Presidente, mas  
70 enquanto Conselheiro, de que preferiria que o primeiro lugar deste Prêmio fosse para

71 algum projeto destinado a presos brasileiros e não a estrangeiros. Ficou decidido que os  
72 autores dos trabalhos premiados nos três primeiros lugares e nas duas menções  
73 honrosas especiais serão convidados a participar da reunião do CNPCP a ser realizada  
74 no mês de novembro, em São Paulo, a fim de receberem as premiações e  
75 apresentarem seus trabalhos no contexto do Seminário Nacional do Conselho. Em  
76 seguida abriu-se espaço para uma apresentação sobre Monitoramento Eletrônico, pelos  
77 representantes da empresa SecureAlert, os quais foram bastante questionados pelos  
78 Conselheiros. Após, o Presidente do CNPCP comunicou que fez viagem a Santo  
79 Domingo, em 3 de agosto, na qual representou o Ministro. Em seguida, o Conselheiro  
80 Herbert Carneiro registrou preocupação com eventual perda de espaço político do  
81 CNPCP, tendo em vista a realização de evento, sobre o Sistema Penitenciário Nacional,  
82 de iniciativa do Palácio do Planalto, através da Presidência da República, com a  
83 parceria do Ministério da Justiça, sem que o CNPCP tivesse sido convidado para tal. E  
84 mais, pediu o Conselheiro que fossem tomadas providências pelo presidente do  
85 CNPCP, para envolvimento direto deste Conselho na campanha nacional contra o  
86 "crack", a ser deflagrada, em breve, pelo Ministério da Justiça. Deu notícia, ainda, de  
87 dois eventos jurídicos realizados em Minas Gerais, patrocinados pela Escola Judicial do  
88 Tribunal Mineiro (EJEF), para discutir com os juízes a nova Lei nº 12.403/11, sobre as  
89 Prisões Provisórias e Medidas Cautelares, lamentando que o maior foco de resistência a  
90 esta Lei está no meio jurídico, especialmente entre juízes e promotores de justiça, sendo  
91 preciso mudar essa mentalidade. O Conselheiro Fernando disse que mandou, por e-  
92 mail, notícia aos Conselheiros sobre os presídios de Goiás, denunciando a presença de  
93 botijões de gás e de mesas de sinuca em alguma unidade prisional, frisando que estas  
94 mazelas continuam. O Conselheiro Marcão disse que a Lei sobre remissão de pena por  
95 estudo foi muito vantajosa para os apenados e que atende a reivindicação do CNPCP, e  
96 avisou que no dia de amanhã não poderá participar desta reunião. O Conselheiro Luiz  
97 Guilherme falou sobre a revisão do Código Penal, dizendo que agora tem um novo  
98 grupo de trabalho e que irá nos comunicar sobre as questões específicas, e que vai ficar  
99 no grupo temático drogas e armas. Ainda, pediu pauta para a reunião de setembro  
100 sobre a revisão das regras mínimas da ONU, comunicando que há proposta de virarem  
101 uma Convenção, uma vez que no formato atual não estão sendo respeitadas pelos  
102 Países. O Conselheiro Alvino solicitou dois Conselheiros para fazerem um parecer sobre  
103 um trabalho do seu orientando Jovacy Peter Filho, para fins de publicação pelo CNPCP.  
104 Em seguida a Dra. Gisela mencionou sua preocupação com as atas que estão  
105 atrasadas quanto à revisão, explicando que continua sem poder digitar, sendo por isso

106 necessário ir à sede do CNPCP para contar com o auxílio de algum funcionário do  
107 CNPCP para poder seguir realizando tal tarefa; registrou também uma homenagem à  
108 Dra. Christine, que hoje está se despedindo do Conselho, ressaltando a importância do  
109 trabalho dedicado e comprometido que a magistrada realizou no CNPCP ao longo dos  
110 últimos quatro anos. Já a Conselheira Christine falou sobre tudo o que aprendeu com os  
111 colegas do Conselho, que são professores de tudo, pedindo um especial empenho  
112 àqueles Conselheiros que doravante farão as inspeções no presídio Aníbal Bruno, do  
113 Pernambuco. O Conselheiro José Laurindo falou sobre a necessidade de voltar à  
114 discussão sobre as Medidas Cautelares. O Conselheiro Rodrigo deu boas vindas a  
115 todos e disse que a Defensoria Pública do Rio de Janeiro está feliz em receber o  
116 CNPCP em sua sede, frisando que os Defensores estão disponíveis para qualquer  
117 eventualidade. A Conselheira Valdirene falou que agora o CNPCP tem verba para  
118 publicação, e que a prioridade é publicar os anais do Seminário do Conselho, de 2010,  
119 cujos trabalhos já estão sendo organizados pelo Conselheiro Japiassú; disse também  
120 que foi recentemente a Rio Branco, onde apresentou o Plano Nacional de Política  
121 Criminal e Penitenciária, do CNPCP, aos Conselheiros novos do Conselho Penitenciário  
122 do Acre, tendo trazido várias publicações elaboradas pelos próprios funcionários do  
123 sistema penitenciário estadual, com o apoio de assessores. A Dra. Valdirene lembrou a  
124 todos da realização do CONEPA, entre os dias 19 e 21 de outubro, em Campo Grande;  
125 mencionou ainda mensagem eletrônica que enviou a todos os Conselheiros sobre o  
126 SISPENAS, que está disponível no sítio do Ministério da Justiça, sugerindo que o  
127 visitem, sistema este que está em funcionamento há dois anos; por fim, relatou contato  
128 que fez com a Secretaria de Articulação Institucional da Presidência da República,  
129 convidando seus representantes a participarem da próxima reunião do Conselho, para  
130 discutir a participação social na formulação da política criminal e penitenciária nacional.  
131 Os Conselheiros Rodrigo e Alvino comunicaram que o Ministério Público Federal  
132 solicitou urgente inspeção do CNPCP nos estabelecimentos de regime fechado situados  
133 nos municípios de Pontaporã, Amambaí e Jardim, a ser realizada na primeira semana  
134 de outubro. O Dr. Cabana comunicou que participou de uma reunião, em Bogotá, sobre  
135 a Unidade Prisional de Urso Branco, trazendo a boa notícia de que agora este tema  
136 volta a ficar apenas no âmbito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Na  
137 parte da tarde do dia 29 de agosto deu-se a realização do 1º Seminário Regional de  
138 Política Criminal e Penitenciária da Região Sudeste, e à noite teve lugar o Circuito  
139 Universitário, com palestras sobre o tema Medidas Cautelares, proferidas pelos Drs.  
140 Renato Marcão e Geraldo Prado. No dia 30 de agosto, turno da manhã, realizou-se a

141 Audiência Pública sobre a Inspeção Prisional realizada em julho último pelas  
142 Conselheiras Valdirene e Christine, nos estabelecimentos penais do Estado do Rio de  
143 Janeiro. Após a apresentação do relatório desta inspeção houve a participação de  
144 autoridades públicas e de representantes da sociedade civil, com a apresentação de  
145 esclarecimentos, comentários e sugestões sobre o tema. O Presidente Geder Gomes  
146 encerrou os trabalhos e agradeceu a presença de todos. Para constar, lavrou-se a  
147 presente ata, redigida por mim, Jussara Isaac Ribeiro, e revisada pela Conselheira  
148 Gisela Bester.

149

150

Geder Luiz Rocha Gomes

151

Presidente do CNPCP

152

153

154

*Publicado no DOU, de 19/01/2012, pagina 26 – Seção 1 - ISSN 1677-7042 26 – nº 14.*

155